



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – Reuniões de Comissões

2 – ORDEM DO DIA

- 2.1 – Comissão

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 28/4/2016

Presidência do Deputado Cabo Júlio

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Antônio Carlos Arantes – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Cabo Júlio – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Douglas Melo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Gil Pereira – Glaycon Franco – Isauro Calais – João Vítor Xavier – Léo Portela – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Sargento Rodrigues – Wander Borges.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Cabo Júlio) – Às 14 horas, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 3 de maio, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 3/5/2016.).

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/4/2015

Às 16h8min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados Bosco, Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do senhor Augusto Nunes Filho, presidente da Fundação Clóvis Salgado, em



que comunica o atendimento de reivindicações formuladas por esta Comissão, e do deputado Fred Costa, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que convida os membros desta comissão para participarem de reunião que tem por finalidade debater as condições de atendimento do Centro de Referência da Pessoa Idosa; e *-mail* da Sra. Carla Pinto Godoy, responsável pelo Espaço Político Cultural Gustavo Capanema, que informa, nos termos do art.12 da Deliberação da Mesa nº 2.545/2012, a impossibilidade de atendimento à demanda do Movimento Matraca para utilização de espaço, quinzenalmente, na ALMG.

Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 57/2015, na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Thiago Cota).

Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário.

Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 380/2015 e 382/2015.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o seguinte requerimento:

nº 1.144/2015, da deputada Cristina Corrêa e dos deputados Bosco, Thiago Cota e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado aos integrantes do grupo Ballet Jovem, do Palácio das Artes, cópia do Ofício nº 37/2015, do presidente da Fundação Clóvis Salgado, recebido pela Comissão de Cultura, em que comunica o atendimento de diversas reivindicações.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 1.162/2015, do deputado Bosco, em que requer seja realizada diligência a fim de viabilizar a restauração do imóvel onde abriga hoje o Museu de Patrocínio.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2015.

Bosco, presidente – Wander Borges – Thiago Cota.

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/11/2015

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM) e os deputados João Magalhães, Fábio Cherem, Thiago Cota, Dilzon Melo (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC) e Durval Ângelo (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Administração Pública; a deputada Marília Campos e os deputados Dilzon Melo, Durval Ângelo (substituindo o deputado Iran Barbosa, por indicação da liderança do BMM) e Thiago Cota (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Está presente, também, o deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Durval Ângelo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado João Magalhães, pela Comissão de Administração Pública, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.946/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e pela rejeição do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, foram apresentadas as Propostas de Emenda nºs 1 a 4, 6 e 7, 11 a 15, de autoria da



deputada Marília Campos; 5, de autoria da deputada Marília Campos e do deputado Rogério Correia; 8, de autoria dos deputados Cabo Júlio e Noraldino Júnior; 9, de autoria do deputado Antônio Jorge; 10, de autoria do deputado Cabo Júlio; 16 e 18 a 21, de autoria do deputado João Alberto; e 17, de autoria do deputado Inácio Franco. Encerrada a discussão, é submetido à votação e aprovado o parecer, salvo propostas de emenda, ficando prejudicadas as Propostas de Emenda n°s 3, 4, 5, 7, 8, 11, 12, 13, 14 e 15, por estarem incluídas no parecer. Registra-se a presença do deputado Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC). Na sequência, são submetidas a votação e rejeitadas as Propostas de Emenda n°s 1, 2, 9, 10, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, ficando, portanto, aprovado o parecer da Comissão de Administração Pública, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.946/2015 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoa os membros da comissão para a reunião da mesma data, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2015.

João Magalhães, presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/3/2016

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Antônio Lerin, por indicação da liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais) e João Leite (substituindo o deputado Felipe Attiê, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Rosângela Reis e o deputado Celinho do Sinttrocel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta; a discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação da Usiminas e seu reflexo na economia mineira. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.309/2016, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Restaurante Trindade pelos cinco anos de sua fundação;

nº 5.310/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a falta de prestação de serviços e de pagamento de fornecedores e o descumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa Asolar Energy, que presta serviços à Cemig.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Luiz Carlos Miranda, vice-presidente da Força Sindical de Minas Gerais; Elias Caetano Ferreira, vice-presidente da Associação dos Metalúrgicos Aposentados e Pensionistas de Ipatinga, representando Edizio Simplício Netto, presidente; Wanderley Mendes Ribeiro, 1º-secretário da Associação dos Metalúrgicos Aposentados e Pensionistas de Ipatinga; e Jadson Heleno Moura, vereador de Ipatinga. O presidente, na qualidade de coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e, logo após, concede a palavra aos demais autores, os deputados João Leite e Celinho do Sinttrocel, para que se manifestem. Logo em seguida, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Nesse momento, comparecem à reunião os deputados Felipe Attiê e Roberto Andrade. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Nesse momento, retira-se da reunião o deputado Felipe Attiê, e comparece o deputado Carlos Pimenta (substituindo o deputado Felipe Attiê, por indicação da liderança do Bloco

Verdade e Coerência). São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.312/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que interceda a fim de solucionar o conflito societário entre a Nippon Steel e a Ternium – Techint, empresas controladoras da Usiminas;

nº 5.314/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Nanuque, para debater os sérios problemas de desenvolvimento econômico regional, que desestimulam o setor agropecuário, bem como as questões relativas a saúde, educação, segurança e transporte, em especial o estado de conservação da BR-418.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Bonifácio Mourão – Fábio Avelar Oliveira – Roberto Andrade.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/4/2016

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados João Magalhães, Cabo Júlio, Fábio Cherem e Gustavo Valadares. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Nesse momento, é designado relator dos Projetos de Lei nºs 3.174 e 3.230/2016, no 2º turno, o deputado Fábio Cherem. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, o Projeto de Lei nº 3.174/2016 com o parecer pela aprovação na forma original e o Projeto de Lei nº 3.230/2016 com o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno. Nesse momento, o presidente suspende os trabalhos da reunião para entendimentos. Às 18h12min, são reabertos os trabalhos, e registra-se a presença dos deputados João Magalhães, Cabo Júlio, Cássio Soares e Rogério Correia (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação do BMM), membros da comissão. Estão presentes, também, os deputados Professor Neivaldo e Durval Ângelo. Nesse momento, é designado relator do Projeto de Lei Complementar nº 50/2016, no 2º turno, o deputado Cabo Júlio. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do vencido no 1º turno com as Emendas nºs 1 a 4. Registra-se a presença do deputado Isauro Calais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2016.

João Magalhães, presidente – Fábio Cherem – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Durval Ângelo.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/4/2016

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os programas governamentais da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, discutindo-se suas metas e

expectativas de resultados. Registra-se a presença dos deputados Emidinho Madeira, Nozinho, Gil Pereira e Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.592/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada visita conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico à Semana Internacional do Café, que ocorrerá de 21 a 23/9/2016, no Expominas, em Belo Horizonte;

nº 5.593/2016, dos deputados Fabiano Tolentino e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado à presidente da República e ao Ministério do Meio Ambiente pedido de providências para prorrogar o prazo de inscrição dos imóveis rurais do Cadastro Ambiental Rural – CAR, estabelecido pela Lei Federal nº 12.561, de 2012, com vencimento previsto para maio de 2016;

nº 5.594/2016, dos deputados Fabiano Tolentino e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o Ofício 027/16 – Asman –, assinado pelo presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado, sobre o tema “Cadastro ambiental rural”;

nº 5.595/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a gestão ambiental da área rural a partir do Cadastro Ambiental Rural – CAR –, bem como a modelagem e a implementação do Programa de Regularização Ambiental – PRA.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública (ou audiência de convidados). A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. João Cruz Reis Filho, secretário do Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Rui da Silva Verneque, presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais; Felipe Lombardi Martins, diretor administrativo e financeiro da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais; representando Amarildo José Brumano Kalil, presidente; Walison Lara, assessor técnico, representando Roberto Simões, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais; e Luiz Afonso Vaz Oliveira, presidente da Fundação Rural Mineira. O presidente e o deputado Antônio Carlos Arantes, coautores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, o presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2016.

Nozinho, presidente – Rogério Corrêa – Cristiano Silveira.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/4/2016

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac e Douglas Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o tema Desafios da diversidade - transexualidade e homossexualidade no ambiente escolar. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A matéria constante na pauta deixa de ser apreciada por falta de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Registra-se a presença do deputado Professor Neivaldo e da deputada Marília Campos. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Augusta Aparecida Neves de Mendonça, subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica - Secretaria de Estado de Educação;



Enilda Costa Fagundes, assessora técnica do Conselho Estadual de Educação, representando Roseane Marques Crespo Costa, presidente do Conselho Estadual de Educação; Adriana Ribeiro Alves do Valle, advogada e presidente da Comissão de Diversidade da OAB-MG e coordenadora do Projeto do TransEnem; Gabriela Lamounier, assessora do Ministério Público, representando Nivia Mônica da Silva, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos - Ministério Público do Estado de Minas Gerais; e Sayonara Naider Bonfim Nogueira, professora e consultora acadêmica; e os Srs. Doulgas Miranda, coordenador especial de Políticas de Diversidade Sexual da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Marco Aurélio Máximo Prado, coordenador do Núcleo dos Direitos Humanos e Cidadania Lgbt – NUH; Thiago Alves da Silva Costa, professor de Filosofia no TransEnem e integrante do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais - Cellos – MG; Eduardo Salabert, professor de Literatura e criador do Projeto TransVest - Curso Preparatório para o Enem; Diogo Oliveira Gomes, integrante do Coletivo Mooca - Direitos Humanos; e Alexandre Cesar Kawakami, advogado e professor de Direito Empresarial. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência informa o recebimento de documento entregue pelos Srs. Raimundo Carvalho e Diego Hernandez, presidente e vice-presidente, respectivamente, da Rede Estadual de Ação pela Família. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2016.

Paulo Lamac, presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/4/2016

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Bosco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.129 e 4.140/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 5.628/2016, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada visita à 5ª EnerSolar+ Brasil – Feira Internacional de Tecnologias para Energia Solar – e ao Ecoenergy – Congresso Internacional de Tecnologias Limpas e Renováveis para Geração de Energia –, de 10 a 12/5/2016, no Município de São Paulo (SP). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2016.

Gil Pereira, presidente – Bosco – Gustavo Valadares.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/4/2016

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se



destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de ofícios do Sr. Ronaldo J. G. Roggini, superintendente regional da Caixa Econômica Federal (2), publicados no *Diário do Legislativo* em 7/4/2016. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 3.195 e 3.231/2016 são retirados de pauta por terem sido apreciados em reunião anterior. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela ratificação, por meio de projeto de resolução, do regime especial de tributação encaminhado pela Mensagem 120/2016, em turno único; e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.781/2015 com as Emendas nºs 3 e 4, da Comissão de Saúde, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Vanderlei Miranda). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É adiada a votação do Requerimento nº 5.562/2016, a requerimento do deputado Vanderlei Miranda, aprovado pela comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 5.630/2016, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do repasse da Taxa pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio – Taxa de Incêndio – prevista nos arts. 113 ao 120, da Lei nº 6.763, de 1975.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Arnaldo Silva – Felipe Attiê – Thiago Cota – Tito Torres.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/4/2016

Às 10h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Antônio Jorge, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Marília Campos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios do Sr. Wilson Luiz da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, encaminhando sugestões ao Projeto de Lei nº 3.312/2016; e dos autores dos Projetos de Lei nºs 1.302 e 1.767/2015, encaminhando documentos necessários à sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Resolução nº 5/2015 é retirado da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado Cristiano Silveira. A seguir, são retirados da pauta por deliberação da comissão, a requerimentos dos deputados mencionados entre parênteses, os Projetos de Lei nºs 1.734, 3.001 e 3.003/2015 (Antônio Jorge); 1.376 e 1.924/2015 (Bonifácio Mourão); 810, 1.181, 1.326, 1.480, 1.658, 1.880, 2.191, 3.050, 3.090 e 3.192/2015 (Cristiano Silveira); 288, 317, 2.078 e 3.001/2015 (Isauro Calais); 794, 1.215, 1.761, 1.981 e 2.971/2015 (João Alberto); 322, 446, 744, 867, 2.191, 2.516 e 2.741/2015 (Leonídio Bouças); 552, 1.058, 1.118, 2.078 e 2.873/2015 e 3.265 e 3.312/2016 (Luiz Humberto Carneiro). É aprovado requerimento do deputado Cristiano Silveira solicitando que o Projeto de Lei nº 1.831/2015 seja apreciado em primeiro lugar dessa fase. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Cristiano Silveira, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.831/2015, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 2.763/2015 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); 3.149/2015 e



3.184/2016 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Leonídio Bouças, sendo o primeiro em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 3.307 e 3.308/2016 (relator: deputado Isauro Calais). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 96/2015 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Leonídio Bouças) e 494/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). É convertido em diligência à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – e à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – o Projeto de Lei nº 390/2015 (relator: deputado Antônio Jorge). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 442/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Retiram-se da reunião os deputados João Alberto e Luiz Humberto Carneiro. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 586/2015 (relator: deputado Antônio Jorge, em virtude de redistribuição). Registra-se a presença do deputado Luiz Humberto Carneiro. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 779/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira) e 1.023/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 835 e 1.031/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 834 e 869/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados Antônio Jorge e Leonídio Bouças. Registra-se a presença do deputado João Alberto, e retira-se da reunião o deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.044/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira) e 1.379/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.089/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Isauro Calais, a quem foi redistribuído. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.189/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira); 1.328/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças); 1.569/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais) e 1.604/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). É convertido em diligência ao secretário de Estado de Fazenda o Projeto de Lei nº 1.437/2015 (relator: deputado João Alberto). Registra-se a presença do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.014/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Cristiano Silveira); 2.111 e 2.462/2015, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado João Alberto); 2.177/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); 2.919 e 2.954/2015, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Antônio Jorge); 3.193/2016 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças) e 3.200/2016 (relator: deputado Isauro Calais). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.600/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças); 2.739/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira) e 2.871/2015 (relator: deputado Antônio Jorge). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.068, 2.195, e 2.508/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados Isauro Calais, para o primeiro, e Leonídio Bouças, para os demais. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.382/2015 e 3.302 e 3.397/2016, todos no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Leonídio Bouças, sendo os dois primeiros em virtude de redistribuição. São convertidos em diligência à Associação Médica de Minas Gerais e à Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS – o Projeto de Lei nº 2.926/2015 (relator: deputado Antônio Jorge); ao secretário de Estado de Casa Civil e Relações Internacionais os Projetos de Lei nºs 3.290/2016 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); 3.300/2016 (relator: deputado Antônio Jorge) e 3.323 e 3.447/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o primeiro em virtude de



redistribuição). Retira-se da reunião o deputado Antônio Jorge. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 2.945 na forma do Substitutivo nº 1; 3.288 e 3.333/2015 (relator: deputado Isaura Calais); 1.302, 2.337, 3.110, e 3.164/2015 e 3.304 e 3.331/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo os quatro primeiros e o último em virtude de redistribuição); 2.129 e 3.074/2015, 3.322 e 3.330/2016, (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); 3.069/2015 e 3.324/2016, (relator: deputado João Alberto) e 3.329/2016 (relator: deputado Cristiano Silveira). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos à votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que se solicita, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.315, 3.328, 3.332, 3.334 e 3.353/2016 que instruem as referidas proposições com a documentação necessária a sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2016.

Leonídio Bouças, presidente – Bonifácio Mourão – Luiz Humberto Carneiro – Cássio Soares.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/4/2016

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Gustavo Valadares e Cássio Soares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação por meio de projeto de resolução, no turno único, do Balanço Geral do Estado relativo ao exercício de 2014, encaminhado pela Mensagem nº 14/2015 (relator: deputado Felipe Attiê). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 5.641/2016, dos deputados Gustavo Valadares, Tito Torres e Felipe Attiê, em que requerem seja realizada audiência pública com a presença do Sr. Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco, presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais S.A. – Codemig – e responsável pela gestão da Codemig Participações S.A. – Codepar – para que esclareça quais foram os motivos pelos quais a Codemig, por meio de sua subsidiária Codepar, decidiu investir a quantia de cerca de R\$ 146900.000,00 na aquisição de ações ordinárias e preferenciais do Banco Mercantil de Investimentos – BMI –, especificamente as razões relacionadas com as oportunidades estratégicas identificadas pela Codemig em sua análise do plano de negócios proposto pelo BMI; o elevado potencial de mercado que justificaria, segundo a Codemig, a atratividade do investimento; o baixo risco do investimento, identificado pela Codemig. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – Thiago Cota – Tito Torres.

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/4/2016**

Às 16h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Isauro Calais e Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Isauro Calais, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, ouvir a Sra. Ana Patrícia Ferreira França, delegada titular da Delegacia Especializada em Atendimento ao Idoso e ao Deficiente, sobre os crimes cometidos contra idosos no Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ana Patrícia Ferreira França, delegada titular da Delegacia Especializada de Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência de Belo Horizonte, e Anna Cristina Pegoraro de Freitas, coordenadora do Projeto PUC Mais Idade. O presidente, na qualidade autor requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra às convidadas, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2016.

Isauro Calais, presidente – Glaycon Franco – Bosco.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/4/2016

Às 17h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados João Magalhães, Gustavo Corrêa, Durval Ângelo (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), Gil Pereira (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC) e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Alberto. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Nesse momento, a presidência designa relator do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016, no 2º turno, ao deputado Gustavo Corrêa. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.634/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater os termos da Deliberação nº 145, do Contran, e, por decorrência, a obrigatoriedade de realização do exame toxicológico pelos condutores das categorias C, D e E quando da renovação da Carteira Nacional de Habilitação, ou quando da adição dessas permissões, perante o Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG;

nº 5.635/2016, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater questões referentes à Copasa-MG, entre elas: critérios utilizados na escolha, na indicação e na nomeação de seus profissionais, detalhamento da execução das atividades de planejamento e elaboração de projetos; ampliação, remodelagem e exploração dos serviços de saneamento; prazos de início e conclusão de obras, bem como questões relativas à liberação e à autorização de procedimentos;



nº 5.636/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Contagem pedido de providências para receber os representantes dos trabalhadores da educação e reabrir as negociações salariais, com vistas a resolver os impasses causados pela greve desses profissionais, evitando maiores transtornos para os alunos da rede pública de educação e seus familiares;

nº 5.638/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - pedido de providências para instalar unidade do Colégio Tiradentes no Município de São João del-Rei.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 5.680/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a atual situação de abandono do Ginásio Jornalista Felipe Drummond, o Ginásio do Mineirinho, onde é possível verificar obras inacabadas, falta de manutenção e limpeza da área, com indicação até de focos da dengue;

nº 5.681/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja realizada visita à Central de Escoltas e à Penitenciária José Maria Alkimim, ambas no Município de Ribeirão das Neves, para verificar as condições de infraestrutura dessas unidades;

nº 5.682/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para analisar a situação funcional da servidora Maria Helena Oliveira Campos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2016.

João Magalhães, presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2016

Às 9h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio e João Alberto, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, obter esclarecimentos e requerer as providências cabíveis com relação às denúncias de irregularidades e ilegalidades que estariam sendo praticadas pelos Srs. Gilmar Oliveira da Silva e Wellington Marques da Costa, respectivamente diretor e diretor de segurança do Presídio de Nova Serrana; e a receber e votar requerimentos. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Bruno Tasca Cabral, delegado-geral de Polícia Civil (24/3/16), e Denilson Martins, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (8/4/16). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.231/2015 e 2.548/2015, na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado João Leite). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.532, 3.566, 3.573 a 3.575, 3.624, 3.625, 3.723 a 3.729, 4.329 a 4.333, 4.335 a 4.337 e 4.347/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.706/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja realizada audiência pública em caráter de urgência, na região do Barreiro, para discutir a intenção da Chefia da Polícia Civil de retirar a 36ª Delegacia Regional de Polícia Civil –



Barreiro – dessa região administrativa, que concentra 512 bairros e aproximadamente 550 mil habitantes; e sejam convocadas a Chefe da Polícia Civil e a Chefe do 1º Departamento de Polícia Civil;

nº 5.707/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater e buscar as medidas necessárias para assegurar melhor policiamento na região da Universidade Fumec, próxima à Avenida Afonso Pena, nesta Capital, tendo em vista a ocorrência corriqueira de furtos e roubos;

nº 5.708/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja reiterado à Corregedoria-Geral da Polícia Civil do Estado pedido de providências para a apuração de responsabilidade administrativa do Sr. João Marcos de Almeida, delegado de polícia, pelo uso das redes sociais para proferir críticas à Polícia Militar e fazer publicações depreciativas aos seus membros, bem como por suposta perseguição às policiais civis casadas com policiais militares e pelo descumprimento do horário de plantão na Delegacia de Nanuque;

nº 5.709/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater e buscar as providências cabíveis quanto às denúncias de assédio moral apresentadas em desfavor do Sr. Josibel Ferreira da Silva, diretor-geral da Unidade Prisional de Mariana.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cleide da Conceição Solano Chaves, assessora de gabinete da Ouvidoria do Sistema Penitenciário do Estado de Minas Gerais, representando os Srs. Fábio Caldeira de Castro Silva, ouvidor-geral, e Marcelo José Gonçalves da Costa, ouvidor do Sistema Penitenciário; Flávia de Fátima Tavares Campos, agente penitenciário; e Karyne Gomes Pinheiro Moura, ex-agente penitenciário; e os Srs. Zuley Jacinto de Souza, assessor-chefe de gabinete da Subsecretaria de Estado de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social, representando os Srs. Antônio Armando dos Anjos, secretário de Estado interino, e Rodrigo de Melo Teixeira, subsecretário de Administração Prisional; Wellington Marques da Costa, diretor de segurança do Presídio de Nova Serrana; Adeilton de Souza Rocha, presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais – Sindasp; Ronan Rodrigues, presidente da União Mineira dos Agentes de Segurança Prisional do Estado de Minas Gerais – Unimasp; Fabricio de Moura, agente penitenciário; Washington Luis Mathias Corsino Dornellas, agente penitenciário; Alberto Domingos Gonçalves, agente penitenciário; Felipe Leandro Costa, agente penitenciário, Antônio Francisco Campos, agente penitenciário, Marcelo Alvaro Teixeira, agente penitenciário; Marccone Leandro Ramos, agente penitenciário; e Júlio César Sincero, agente penitenciário. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2016

Às 13h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:



nº 5.688/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater a criação do Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;

nº 5.689/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater o papel do Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;

nº 5.690/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão Extraordinária das Mulheres para debater a diminuição dos registros de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme diagnóstico divulgado pela Seds em março de 2016, e para debater a disponibilidade de acesso das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar às vagas em casas abrigos ou em serviços de abrigamento de curta duração, acompanhadas ou não de seus filhos, conforme o disposto na Lei Maria da Penha;

nº 5.692/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, conforme solicitação do Fórum Internacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de Minas Gerais – Fevcamg;

nº 5.693/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para encaminhar à Casa o projeto de lei que cria o Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;

nº 5.695/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Contagem pedido de providências a fim de implantar o passe livre para estudantes da rede pública desse município e disponibilizar aplicativo para telefones móveis com previsão de chegada dos ônibus municipais para todos os cidadãos;

nº 5.697/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem pedido de providências para aumentar o quadro de horários da linha 810, reformular a linha 301C e autorizar outra empresa de ônibus a operar a linha 301C ou outra que atenda o Bairro Jacobas;

nº 5.699/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre a situação dos projetos e da gestão e a previsão de início das obras nas linhas 1, 2 e 3 do metrô de Belo Horizonte;

nº 5.700/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem pedido de providências para melhorar o atendimento do transporte público estadual no entorno da Escola Estadual Nair Mendes Moreira;

nº 5.701/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem pedido de providências para intensificar a fiscalização da linha 305D e do transporte clandestino;

nº 5.702/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem pedido de providências para mudar o quadro de horários da linha 174, com aumento no número de viagens; alterar o itinerário de outras linhas, a fim de que passem pela Rua Felisbino Pinto Monteiro, no Bairro Praia, em Contagem; implantar linhas de ônibus no Bairro Ouro Branco e melhorar a operação das linhas 303B e 306C;

nº 5.703/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para implantar linha de ônibus desde o Distrito Sede e bairros do entorno até a região hospitalar de Belo Horizonte ou, na impossibilidade dessa ação, estender o itinerário da linha 2561, que foi recentemente implantada, até aquela região;

nº 5.704/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para melhorar o atendimento, especialmente o quadro de horários e os itinerários, nas linhas 1730, 1740, 6720 e 6780, a fim de que beneficiem os bairros do Distrito Sede do Município de Contagem, e para reavaliar a permissão dada às empresas de ônibus para que os veículos circulem sem o cobrador;



nº 5.705/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para intensificar a fiscalização do transporte clandestino no Município de Contagem, bem como para fiscalizar as linhas de ônibus metropolitanas que atendem aos bairros do Distrito Sede desse município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2016.

Marília Campos, presidenta.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2016

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães e Rogério Correia (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta; receber, discutir e votar proposições da comissão; e, em audiência pública, debater a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais e a revisão do plano de carreira dos servidores do Hospital Governador Israel Pinheiro. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nº 779/2015 (deputado Fábio Cherem); 1.189/2015 (deputado Cabo Júlio); 1.328/2015 (deputado Gustavo Corrêa); e 1569/2015 e 3.258/2016 (deputado Agostinho Patrus Filho), todos no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Abadia de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores do Ipsemg; e Antonieta de Cássia Dorledo de Faria, diretora de Relações Institucionais do Sindicato dos Servidores do Ipsemg; e os Srs. Edvalth Rodrigues Pereira, vice-presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, representando o presidente desse instituto. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2016.

João Magalhães, presidente – Gustavo Corrêa – Cássio Soares – Cabo Júlio.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2016

Às 19h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta; receber, discutir e votar proposições da comissão; debater, em audiência pública, as condições de segurança no hipercentro de Belo Horizonte, considerando-se o aumento de crimes e contravenções penais, principalmente furtos e roubos, tráfico de drogas, jogos de azar, além da situação de exploração sexual na região, conforme denúncias de moradores e comerciantes, que também reclamam de insuficiência do policiamento militar, ausência de ações da Guarda Municipal e pouca atuação da Polícia Civil na solução desses crimes; e a receber e votar requerimentos. A seguir, comunica o



recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Vítor Valverde, secretário municipal de Governo, informando o nome do representante do Executivo Municipal que participará da audiência pública destinada a discutir as condições de segurança do hipercentro de Belo Horizonte (2). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Adriana de Barros Monteiro, delegada-geral de Polícia Civil, representando a Sra. Andrea Claudia Vacchiano, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; e Ângela Macedo Ferreira Grecov, gerente de Relações Institucionais da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais – Fecomércio –, representando o Sr. Lázaro Luiz Gonzaga, presidente dessa instituição; o Cel. PM Winston Coelho Costa, comandante do Policiamento da Capital, representando o Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; e os Srs. Milton Jerônimo Paulo, delegado do 1º Departamento da Polícia Civil; André Estevão Ubaldino Pereira, procurador de justiça coordenador do Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado de Minas Gerais – CAO Crime; Lincoln Ferreira Nascimento, presidente do Consep do Hipercentro; Rodrigo Sérgio Prates, comandante da Guarda Municipal de Belo Horizonte, representando o Sr. Márcio Araújo de Lacerda, prefeito de Belo Horizonte; Marcos Innecco Correa, vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte, representando o Sr. Bruno Selmi Dei Falci, presidente dessa instituição. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de abril de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – Emidinho Madeira – Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/4/2016

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* de 15/4/2016: ofícios da Sra. Luciene Eugenia da Silva, gerente-geral da Agência Santo Agostinho da Caixa Econômica Federal, e do Sr. Éderson Mantoan Zoratto, coordenador de parcerias estaduais da Coordenação-Geral de Cooperação Nacional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.019, 2.047 e 2.789/2015 (relator: deputado Tito Torres); 2.046 e 2.745/2015 (relator: deputado Vanderlei Miranda); e 2.049/2015 (relator: deputado Thiago Cota), todos na forma do vencido no 1º turno; e 1.100 e 2.798/2015 (relator: deputado Thiago Cota). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.562/2016. É adiada a votação do Requerimento nº 5.641/2016 a requerimento do deputado Vanderlei Miranda, registrando-se o voto contrário do deputado Tito Torres. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Arnaldo Silva – Tito Torres – Vanderlei Miranda – Gustavo Valadares.

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/4/2016**

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e o deputado Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações formulado à escritora Paula Pimenta em atenção ao Requerimento nº 3.525/2015, da deputada Ione Pinheiro. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 2.869/2015, em turno único (deputado Bosco), Projeto de Lei nº 3.264/2016, em turno único (deputada Ione Pinheiro), e Projetos de Lei nºs 3.203, em turno único, e 3.247/2016, em turno único (deputado Wander Borges). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Matéria não apreciada por falta de quorum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: Paula Pimenta, escritora; Rejane Dias, presidente do Grupo Autêntica; Maria Eugênia Pimenta Rondas, mãe da homenageada; Itamar Machado de Souza, pai da homenageada; Mary de Magalhães Rondas Pimenta, avó da homenageada; Maria Berenice Rondas Pimenta, madrinha da homenageada; Bruno Pimenta Machado de Souza, irmão da homenageada; Ana Maria Rondas Pimenta, tia da homenageada, e Angela Ribeiro Barcelos, relações institucionais do Grupo Autêntica. A presidência concede a palavra à deputada Ione Pinheiro, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2016.

Bosco, presidente – Wander Borges – Thiago Cota.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 3/5/2016****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Recebimento e votação de requerimentos.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/5/2016, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação das ocupações do Bairro Vaticano e do acampamento Aurora, na área rural do Município de Jequitinhonha, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2016.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/5/2016, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2016.

Cássio Soares, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.219/2015****Comissão de Segurança Pública****Relatório**

De autoria do deputado Léo Portela, o Projeto de Lei nº 2.219/2015 pretende alterar a Lei nº 21.504, de 21/11/2014, que declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Civil de Três Marias – ABCT-TM –, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

A Comissão de Constituição e Justiça, em seu exame preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.219/2015 pretende alterar a Lei nº 21.504, de 21/11/2014, que declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Civil de Três Marias – ABCT-TM –, com sede no Município de Três Marias, para adequá-la à nova denominação da entidade, que passou a se chamar Associação de Bombeiros Civil, Voluntários de Três Marias – ABCV-TM.

Como bem ressaltado no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, a alteração estatutária restringiu-se à mudança da denominação da associação, mantidos os demais dispositivos de seu ato constitutivo. Por isso, permaneceram



presentes os requisitos exigidos pela Lei nº 12.972, de 1998, para que aquela associação seja considerada de utilidade pública.

Por outro lado, é de se assinalar que a denominação social é projeção do direito de personalidade que também alcança as pessoas jurídicas de direito privado. Tanto é assim, que a denominação social é requisito indispensável para o registro de seus estatutos sociais no órgão competente, que é o marco inicial de existência da associação, conforme o disposto no art. 45 e no art. 46, I, do Código Civil.

Neste contexto, tendo em conta que a proposição visa adequar a legislação vigente à atual situação jurídica de associação utilidade pública, somos pela aprovação da proposição.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.219/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2016.

Cabo Júlio, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.075/2015

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Duarte Bechir, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Campo Redondo – Aprucare –, com sede no Município de Itamonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Pretende-se, com o Projeto de Lei nº 3.075/2015, declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Campo Redondo – Aprucare –, com sede no Município de Itamonte.

De acordo com seu estatuto, a associação busca o exercício de mútua colaboração entre os sócios, visando à prestação de serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e para melhoria das condições de vida de seus integrantes, com especial ênfase na divulgação de matérias relacionadas a técnicas de produção e manejo, mercado e preços, melhoria de qualidade e de produtividade.

Para a consecução dos seus objetivos, a Aprucare se propõe, entre outras ações, a negociar, no interesse comum, a venda de leite dos associados e, de igual modo, orientá-los na compra de insumos, em especial de fertilizantes, calcário, sementes e rações.

Pelo importante trabalho desenvolvido pela entidade junto aos produtores rurais, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.075/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2016.

Rogério Correia, relator.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 750/2015****Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, o Projeto de Lei nº 750/2015 dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de *recall* por parte dos fornecedores de veículos agrícolas produzidos e comercializados no Estado de Minas Gerais, devendo ser realizadas as medidas necessárias para substituição de peças ou componentes defeituosos.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 28 de março de 2015, foi o projeto distribuído à Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e a esta comissão, a que cabe, preliminarmente, emitir parecer sobre sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise objetiva obrigar os produtores de veículos agrícolas no Estado de Minas Gerais a adotar medidas para troca de peças ou equipamentos defeituosos, prestando esclarecimentos sobre o fato e apresentando a devida solução.

Segundo o autor, a proposição teria como finalidade resguardar os produtores rurais dos problemas de segurança que possam acarretar, nos casos extremos, acidentes graves com veículos agrícolas.

Ocorre que, embora o objetivo da proposição seja possibilitar aos adquirentes de veículos agrícolas maior proteção no que tange à possível existência de defeitos nestes, a proposição em análise possui óbices ao seu prosseguimento nesta Casa, conforme se verá.

O primeiro ponto a se destacar em relação ao projeto diz respeito ao enquadramento da temática por ele disciplinada, sendo possível vislumbrar nesse contexto que o parlamentar trata todos os adquirentes das máquinas agrícolas como consumidores, o que poderia sugerir que a matéria estaria situada no âmbito da produção e consumo. A competência para legislar sobre esse tema é concorrente entre a União, os estados e o Distrito Federal, conforme previsão constante no inciso V do art. 24 da Carta Federal, que autoriza o estado a legislar de forma específica, adaptando as normas gerais de “produção e consumo” expedidas pela União às peculiaridades e circunstâncias locais.

Ocorre que a Lei Federal nº 8.078, de 1990, trata como consumidores, em seu art. 2º, as pessoas físicas ou jurídicas que adquiram ou utilizem produtos ou serviços como destinatários finais, sendo possível, portanto, observar no contexto disciplinado pela proposição em análise que nem todos os adquirentes de máquinas agrícolas poderão ser tratados como consumidores.

Isso porque, em muitas situações, os adquirentes utilizarão esses veículos como instrumentos para produção e circulação de produtos agrícolas, cabendo dizer que a legislação federal de proteção ao consumidor objetivou criar um sistema protetivo destinado às pessoas naturais ou jurídicas enquanto destinatárias finais, e não para situações em que esses produtos sejam meros meios para a exploração de atividades empresariais.

Dito isso, naqueles casos em que não haja a figura do consumidor, não caberia ao legislador estadual disciplinar o tema em análise, pois, nesta situação, a matéria estaria circunscrita à esfera de atuação do legislador federal. Nesses casos, a temática situa-se no contexto do Código Civil, sendo lá disciplinada a questão em seu art. 422, cujo teor visa permitir a reparação de produtos que apresentem vícios ocultos.

Por outro lado, nas hipóteses em que os veículos agrícolas sejam utilizados de forma finalística, seria possível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990), estando a matéria disciplinada no art. 10, § 1º, que estabelece a obrigação de comunicação aos consumidores sobre eventuais perigos que os produtos adquiridos possam oferecer à sua saúde ou segurança.



O dispositivo mencionado preconiza que o fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresentem, deverá comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.

Após a comunicação a que se refere o art. 10, § 1º, aplicar-se-ia o teor do art. 18 do Código de Defesa do Consumidor, que dispõe sobre a obrigação do fornecedor de reparar produtos duráveis e não duráveis que venham a apresentar vícios de qualidade, sendo possível ao consumidor, caso não ocorra a reparação, optar pela substituição do produto, a restituição do valor pago ou o abatimento proporcional do preço.

Outro ponto que merece atenção diz respeito ao conteúdo da Portaria nº 487, de 15 de março de 2012, do Ministério da Justiça. A referida portaria especifica o procedimento de *recall*, ou chamamento, dos consumidores de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, forem considerados nocivos ou perigosos.

No que tange ao dever de informação, a mencionada portaria estabelece os seguintes procedimentos:

“Art. 5º – O fornecedor deverá, além da comunicação de que trata o artigo 2º, informar imediatamente aos consumidores sobre a nocividade ou periculosidade do produto ou serviço por ele colocado no mercado, por meio de aviso de risco de acidente ao consumidor, observado o disposto art. 10, § 2o, da Lei no 8.078, de 1990.

§ 1º – O aviso de risco ao consumidor deverá conter informações claras e precisas sobre:

I – produto ou serviço afetado, contendo as informações necessárias à sua identificação, em especial:

- a) marca;
- b) modelo;
- c) lote;
- d) série;
- e) chassi;
- f) data inicial e final de fabricação; e
- g) foto;

II – defeito apresentado, riscos e suas implicações;

III – medidas preventivas e corretivas que o consumidor deve tomar;

IV – medidas a serem adotadas pelo fornecedor;

V – informações para contato e locais de atendimento ao consumidor;

VI – informação de que o chamamento não representa qualquer custo ao consumidor; e

VII – demais informações que visem a resguardar a segurança dos consumidores do produto ou serviço, observado o disposto nos arts. 12 a 17 da Lei nº 8.078, de 1990.

§ 2º – O aviso de risco ao consumidor deve ser dimensionado de forma suficiente a garantir a informação e compreensão da coletividade de consumidores.

§ 3º – A comunicação individual direta aos consumidores ou por meio de sítio eletrônico não afasta a obrigação da comunicação coletiva a toda a sociedade acerca da nocividade ou periculosidade de produtos e serviços introduzidos no mercado.

Art. 6º – O fornecedor deverá garantir ao consumidor certificado de atendimento ao chamamento, com indicação do local, data, horário e duração do atendimento e da medida adotada.

Art. 7º – O fornecedor deverá apresentar ao DPDC, aos Procons e ao órgão normativo ou regulador competente:



I – relatórios periódicos de atendimento ao chamamento, com intervalo máximo de 60 (sessenta) dias, informando a quantidade de produtos ou serviços efetivamente recolhidos ou reparados, inclusive os em estoque, e sua distribuição pelas respectivas unidades federativas;

II – relatório final do chamamento, informando quantidade de consumidores atingidos em número e percentual, em termos globais e por unidades federativas, justificativa e medidas a serem adotadas em relação ao percentual de produtos ou serviços não recolhidos ou reparados, e identificação da forma pela qual os consumidores tomaram conhecimento do aviso de risco.

Parágrafo único – O DPDC, os Procons e o órgão normativo ou regulador competente poderão solicitar a apresentação de relatório em periodicidade inferior à estipulada no inciso I do *caput*.

Art. 8º – O DPDC e o órgão normativo ou regulador competente poderão determinar, isolada ou cumulativamente, a prorrogação ou ampliação do chamamento, às expensas do fornecedor, caso demonstre que os resultados não foram satisfatórios.

Art. 9º – O fornecedor não se desobriga da reparação ou substituição gratuita do produto ou serviço mesmo findo o chamamento”.

Além de haver disciplina sobre a matéria no âmbito do Código de Defesa do Consumidor, observa-se que a portaria ora transcrita trata da obrigação de informação no âmbito do procedimento de *recall*. Portanto, é possível afirmar que a matéria se encontra suficientemente disciplinada dentro da temática de proteção ao consumidor.

Assim sendo, é indiscutível que, nas situações nas quais esteja presente a figura do consumidor, a temática já se encontra suficientemente disciplinada, de modo que a proposição em análise não contém o indispensável elemento da inovação.

Ademais, os estados possuem competência concorrente para suplementar a legislação federal existente, o que significa que podem preencher as lacunas deixadas pelas normas gerais federais. Tal não é a situação existente no contexto ora analisado, pois a matéria já se encontra disciplinada pelo Código de Defesa do Consumidor e pela Portaria nº 487 do Ministério da Justiça.

Observa-se, ainda, que a norma prevista no art. 10 do Código de Defesa do Consumidor, ao criar a obrigação de informação para o fornecedor, previu de forma clara o modo de sua atuação, não havendo generalidade normativa capaz de outorgar ao estado a suplementação desse comando.

Por fim, não se afigura compatível com o ordenamento jurídico a atuação do estado no âmbito da competência concorrente para suplementar normas nas quais o legislador federal não tenha deixado margem a tal suplementação.

Além disso, como já destacado, não cabe ao legislador reproduzir comandos que já figuram em outras normas, pois nesta situação estaria a nova lei desprovida do atributo da novidade, essencial para a caracterização da lei em sentido material. Como se sabe, além dos requisitos da generalidade e da abstração, as leis devem conter elemento inovador em relação à legislação preexistente.

Diante dos argumentos expendidos, não vislumbramos a perspectiva de tramitação do projeto nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 750/2015.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2016.

Leonídio Bouças, presidente e relator – Isauro Calais – Luiz Humberto Carneiro – Bonifácio Mourão – Cristiano Silveira.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 28/4/2016, a seguinte comunicação:

Do deputado Alencar da Silveira Jr. em que notifica o falecimento da Sra. Geny Pires de Miranda, ocorrido em 26/4/2016. (– Ciente. Oficie-se.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/4/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 2/5/2016, Débora Vieira Fonseca, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa;

exonerando Eloir Domingues Caixeta, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Felipe Attiê;

exonerando, a partir de 2/5/2016, José Eduardo de Souza Tameirão, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr;

exonerando, a partir de 2/5/2016, Luís Antônio Gentil Pereira, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva;

exonerando, a partir de 1/5/2016, Maria Julia Mendes de Oliveira, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão;

exonerando, a partir de 2/5/2016, Mauricio da Silva Gonçalves, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Missionário Márcio Santiago;

nomeando Agnaldo de Oliveira, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Missionário Márcio Santiago;

nomeando Caroline Franco Nunes Gentil, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva;

nomeando Izabella Madureira Simoes, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa;

nomeando Juarez Gomes, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues.

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº 1/2015

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 037/2015

Objeto: Contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade à ALMG.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que estão intimados os participantes da concorrência em epígrafe a oferecer impugnação relativa aos recursos interpostos pelas concorrentes Fazenda Comunicação & Marketing Eireli e JMM Comunicação Ltda., no prazo de cinco dias úteis.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2016.



Eduardo de Mattos Fiuza, presidente da Comissão Permanente de Licitação.

TERMO DE CONTRATO Nº 20/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Comercial Acarte Ltda. Objeto: confecção de placas, medalhas e pins. Vigência: 12 meses contados a partir da data de assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 10/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

EDITAL DE SELEÇÃO ARTÍSTICA

Cessão de Espaço do Teatro da Assembleia

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado dos recursos da fase de habilitação, conforme o Edital de Seleção Artística – Cessão de Espaço do Teatro da Assembleia para o ano de 2016, publicado no *Diário do Legislativo* de 9 de março de 2016.

Resultado dos Recursos

	PROPOSTA	MODALIDADE	SITUAÇÃO
1	Escola de Bruxas	Teatro Infantil	DEFERIDO
2	Mero	Teatro Adulto	INDEFERIDO
3	Sáada Talibah	Dança	DEFERIDO
4	Sem título, óleo sobre tela	Teatro Adulto	INDEFERIDO
5	Todomundo	Teatro Adulto	DEFERIDO
6	Volvere Vento	Teatro Adulto	DEFERIDO

Relação de Inscritos Habilitados após Recursos

	PROPOSTA	MODALIDADE
1	A Catarina é uma comédia	Teatro Adulto
2	A Zeropeia	Teatro Infantil
3	Azarado	Teatro Adulto
4	Como fazer uma mulher feliz com apenas R\$5,00	Teatro Adulto
5	Concerto para bebês	Música
6	Dois na pista	Teatro Adulto
7	Érika Machado Hermeto	Música
8	Escola de Bruxas	Teatro Infantil
9	Guia Prático de como educar sua mãe	Teatro Adulto
10	Improcedente	Teatro Adulto
11	Ivan Chagas	Música
12	Jojô e Palito em o Mágico de Oz	Teatro Infantil
13	Marilyn. Monroe.doc	Teatro Adulto
14	Matinê	Teatro Adulto
15	Outras pessoas	Teatro Adulto
16	Pinóquio	Teatro Infantil
17	Proibido para maiores	Teatro Adulto
18	QuinTao	Música
19	Sáada Talibah	Dança
20	Senilo	Música
21	Todomundo	Teatro Adulto
22	Trem de Minas	Teatro Adulto



23

Volvere Vento

Teatro Adulto

Belo Horizonte, 29 de abril de 2016.

Rodrigo Barreto de Lucena, diretor de Comunicação Institucional.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 29/4/2016, na pág. 58, onde se lê:

“Juliana Guimarães Rodrigues”, leia-se:

“Juliana Guimarães Rodrigues de Miranda”.